Página Aberta

Por uma Educação de Qualidade

Ruben Klein

Resumo

O objetivo do artigo é chamar a atenção para a necessidade de políticas públicas efetivas para a melhoria de qualidade do ensino, simultâneas às de melhoria de fluxo escolar. Estas políticas ainda não são suficientes, apesar do progresso na área do fluxo escolar e no atendimento à escola. Outro ponto importante abordado é o monitoramento do sistema escolar através de avaliações periódicas comparáveis ao longo do tempo. Finalmente, destaca-se o problema da formação e capacitação do professor, com algumas sugestões para mudanças.

Palavras-chave: *Fluxo escolar - Taxas de transição entre séries - Avaliação - SAEB.*

Ruben Klein
Doutor em Matemática, Massachusetts Institute of Technology, EUA. Pesquisador do Laboratório Nacional de Computação Científica / CNPq e Consultor da Fundação Cesgranrio, RJ.

As políticas educacionais realizadas prioritariamente até hoje em todos ou em quase todos os estados e municípios têm tido como principal objetivo colocar e manter o aluno na escola. Esta política, por muito tempo, baseou-se na construção de escolas, depois a merenda foi acrescentada e finalmente, nos últimos anos, o programa bolsa-escola e suas variações. **A melhoria da qualidade do ensino** no sentido da aprendizagem dos alunos tem sido relegada a um segundo plano.

O pressuposto tem sido não haver escolas e/ou que as crianças não ficam na escola por culpa das famílias que não se importam com a educação e as fazem trabalhar. Este pressuposto era reforçado pelo diagnóstico errado das estatísticas oficiais de que havia uma grande evasão em todas as séries, principalmente na 1ª. A premissa, até hoje, é que basta manter as crianças na escola para elas aprenderem. Esquece-se de que crianças que estão aprendendo dificilmente saem da escola. Podem até trabalhar, mas não abandonam a escola.

De fato os dados desmentem estes pressupostos. Os trabalhos de Philip Fletcher, Sergio Costa Ribeiro e Ruben Klein mostraram que o problema não era a evasão e sim a grande repetência. Por exemplo, a grande taxa de evasão de cerca de

25% na 1ª série no início da década de 80, exibida pelas estatísticas oficiais, quando corrigida fica em cerca de 2%. A também alta taxa de repetência na 1ª série de cerca de 28%, registrada pelas estatísticas oficiais, quando corrigida fica em absurdos 58%, isto é, de cada 100 alunos matriculados na 1ª série, 58 repetiam a série no ano seguinte. No início da década de 90, Sergio Costa Ribeiro e Ruben Klein explicaram os erros das estatísticas oficiais e mostraram como corrigi-las. O erro era conceitual. Repetência não é sinônimo de reprovação. Um aluno repetente é aquele que está freqüentando a mesma série que no ano anterior, não importa a causa. Ele pode ter sido reprovado, pode ter abandonado a escola no meio do ano anterior e pode até mesmo ter sido "aprovado" no ano anterior. A partir de 1995, o Ministério da Educação passou a adotar uma metodologia que fornece as estatísticas corrigidas.

O diagnóstico do fluxo escolar baseado nas estatísticas corretas indica um quadro muito diferente. O problema é a repetência e não a evasão. As crianças estão nas escolas, só que com muitas repetências. Ficam, em média, de 8 a 9 anos no ensino fundamental, tempo suficiente para concluí-lo. O Prof. Sergio Costa Ribeiro dizia que as famílias fazem um esforço enorme para manter os filhos na escola. Acabam sendo expulsas da escola por não progredirem. O problema é da escola e do sistema educacional.

De fato, no Brasil, já em 1981 havia mais matrículas da 1ª à 8ª série do ensino fundamental (cerca de 22.473.000) que crianças de 7 a 14 anos (cerca de 22.335.000). As matrículas têm crescido muito mais rapidamente que a população, sendo que, em 2000, temos cerca de 35.718.000 matrículas para cerca de 26.282.000 crianças de 7 a 14 anos. Além disso, o número de crianças de 7 a 14 anos atingiu o pico em 1994 e o de matrículas só em 1999.

Enquanto isto, na década de 80, a taxa conjunta de repetência da 5ª à 8ª série subiu de 28% em 1981 para 33% em 1990, só começando a cair na década de 90, provavelmente por causa da campanha do Prof. Costa Ribeiro em favor da correção das estatísticas educacionais e contra a repetência, chegando a 27% em 1994 e 18% em 1999.

Para efeito de comparação, a taxa conjunta de evasão do ensino fundamental caiu de cerca de 8% no início da década de 80 para cerca de 5% no final da década de 90. Considerando-se somente da 5ª à 8ª série, a taxa de evasão caiu de 10% para 6%.

A taxa de participação na 1ª série, isto é, a proporção dos indivíduos nascidos em um determinado ano que têm acesso à 1ª série, aumentou de 90% em 1981 para 98% em 1999, indicando a universalização do acesso à escola, mas ainda falta muito para a universalização do ensino fundamental e mais ainda para a do ensino médio. As taxas de participação na 8ª série do ensino fundamental passaram de 37% em 1981 para 44% em 1995 e 56% em 1999, enquanto as taxas de participação na 3ª série do ensino médio cresceram de 21% em 1981 para 27% em 1995 e 35% em 1999.

Nos últimos anos, principalmente, após o MEC adotar as estatísticas corrigidas de transição entre séries e o reconhecimento do problema da repetência, tem havido uma melhora considerável no fluxo dos alu-

nos, com um aumento de matrícula nas últimas séries do ensino fundamental e no ensino médio. No entanto a ineficiência do sistema escolar no ensino fundamental ainda é muito grande, com a matrícula muito maior do que seria necessário se não houvesse repetência e evasão, isto é, se todo aluno completasse o ensino fundamental em 8 anos. Os programas para diminuição da repetência e evasão têm que continuar.

E como está a qualidade de ensino? Sua verificação tem que ser feita por avaliações externas que permitam a comparação do aprendizado dos alunos de escolas diferentes e entre os anos. A avaliação não deve ter caráter punitivo, mas diagnóstico. O planejamento educacional deve levar em conta estes diagnósticos e as análises dos dados coletados, que ajudam a explicitar variáveis passíveis de intervenção no sistema escolar.

O país já conta com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) do MEC e muitos estados já estão começando a fazer suas próprias avaliações. É necessário que os resultados tenham ampla divulgação e que sejam utilizados.

Os resultados das avaliações do SAEB, em Português e Matemática, realizadas com amostras probabilísticas, representativas em nível estadual, de alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio em 1995, 1997 e 1999 são comparáveis devido à introdução de novas metodologias de análise, a partir de 1995. Estas avaliações, importantíssimas, indicam grandes deficiências no que os alunos deveriam saber e em que não houve melhoria no período. Indicam também maiores deficiências nas séries mais altas.

Isto quer dizer que o sistema educacional brasileiro está mal, altas taxas de repetência com baixo desempenho acadêmico.

É importante haver a consciência da necessidade de políticas simultâneas de melhoria do fluxo escolar e de melhoria do ensino. A melhoria do fluxo escolar não implica necessariamente um ensino melhor, este pode piorar. Da mesma maneira a melhoria do ensino não implica necessariamente um fluxo escolar melhor. O sistema pode ficar mais exigente e o fluxo pode inclusive piorar.

O sistema escolar e as escolas têm que assumir a responsabilidade pelo ensino e aprendizagem das crianças e deixar de culpar as condições socioeconômicas. O círculo vicioso de "baixa condição socioeconômica – má educação" tem que ser rompido e só pode ser rompido pela educação na escola.

A carreira de professor deve ser revitalizada. A melhoria salarial é necessária, mas não suficiente. O essencial é assegurar uma boa formação e capacitação em serviço. É inconcebível que os cursos de magistério e os de licenciatura não se preocupem em ensinar o conteúdo que seus alunos, os futuros professores, terão que ensinar. É necessário modernizar as práticas pedagógicas para incentivar os alunos a pensar e a trabalhar com alunos de baixa condição socioeconômica e cultural, cujos pais não podem ajudar na aprendizagem e nos deveres de casa, nem contratar professor particular. Se o novo Instituto Superior de Educação (ISE) não tiver estas preocupações, não adiantará nada e será simplesmente mais uma mudança de nome.

O recrutamento de professores precisa ser modernizado permitindo-se que

profissionais com formação em algum curso superior possam fazer exames de conteúdo (ou concurso público para professor) e receberem treinamento pedagógico de 1 ano em serviço. Este é um procedimento comum em outros países e a **única solução para se ter professores a curto e médio prazo, especialmente no ensino médio.** Felizmente, o CNE já tem uma resolução neste sentido.

Os cursos de treinamento de professores precisam ser repensados. Muito dinheiro é gasto com esta atividade sem nenhum resultado. Normalmente este treinamento é feito por palestras avulsas ou cursos de curta duração. Ambas as modalidades são desvinculadas da sala de aula e **sem nenhuma avaliação** sobre o impacto no aprendizado do aluno. O treinamento deve ser feito utilizando-se bons materiais didáticos que os professores devem aprender a dominar e a utilizar na sala de aula. Estes materiais podem ser bons livros textos. Atualmente o governo federal ou governos estaduais já distribuem livros aos alunos do ensino fundamental das escolas públicas. Esta distribuição deveria ser estendida aos **alunos do ensino médio.**

Esta capacitação deve também incentivar técnicas pedagógicas mais modernas que estimulem o aluno a participar da aula, pensando, discutindo e perguntando, tendo como conseqüência o aprendizado do conteúdo e o conhecimento de fatos e dados importantes. **É fundamental que a capacitação seja avaliada.** A avaliação deve ser feita com pré-testes e pós-testes dos alunos desses professores para se medir os ganhos obtidos. A capacitação deve acompanhar o professor durante o ano letivo, em sua atividade na sala de aula e lhe dar apoio. Testes formativos produzidos externamente deveriam ser aplicados aos alunos para acompanhamento. Estes testes deveriam ser resolvidos e discutidos previamente com os professores para que estes pudessem corrigi-los e discuti-los com os alunos. Este processo precisa de continuidade, deveria ter a duração de no mínimo um ano e de preferência durar pelo menos dois anos.

O problema de programas de capacitação como este é que são demorados, os resultados começam a aparecer gradualmente, não têm muita visibilidade e não se prestam a inaugurações. Os políticos costumam preferir construção de prédios, compra e instalações de equipamentos que podem ser inaugurados e têm visibilidade. Mas que não resolvem o problema do ensino, pois sem bons recursos humanos nada funciona.

Para isto é necessário financiamento. É necessário discutir-se o que pode ser gasto com a verba constitucionalmente vinculada à educação. Programas de cunho assistencial como merenda e bolsa-escola são válidos? Ou deveriam ter verbas complementares?

O bolsa-escola é um programa de renda mínima dos mais inteligentes que vincula a presença das crianças das famílias beneficiadas às escolas. Pode ajudar a diminuir a fome nos maiores bolsões de miséria do país e retirar as crianças da colheita de cana e das minas de carvão, por exemplo. As crianças que realmente precisam destes programas são muito carentes e normalmente são discriminadas nas escolas, o que estes programas não mudam. **Sem uma ação efetiva na escola de apoio a estes alunos, não haverá melhoria de aprendizado.**

Como a maior preocupação é a criança e o objetivo eliminar a fome, famílias com baixa renda que só tenham crianças com 6 anos ou menos também deveriam ter acesso ao programa de renda mínima e estas crianças deveriam ter a obrigação de freqüentar creches ou pré-escolas. Se estas não existirem, precisam ser criadas. Estas creches ou pré-escolas precisam ter atividades pedagógicas e não ser simplesmente um local para as crianças ficarem enquanto os pais trabalham.

Este país gosta de mitos e está se criando um novo mito em relação ao programa bolsa-escola, o de que melhora o desempenho das crianças. Que estudos suportam esta versão? Na avaliação feita no DF, em 1999, com alunos da 2ª e 5ª séries, mesmo controlando por variáveis socioeconômicas, os alunos que declararam ter bolsa-escola tiveram, em média, um pior desempenho que os demais.

Outra preocupação é como os programas de correção de fluxo que estão sendo implementados por muitos estados e municípios. Estes programas são muito necessários, pois só uma melhora na qualidade de ensino não implica necessariamente a queda da repetência. É necessário se criar uma conscientização de que a repetência é prejudicial e deve ser utilizada somente como um recurso extremo e nunca como punição por disciplina, desacato, etc. O problema é que muitos destes programas estão simplesmente empurrando os alunos sem a preocupação do aprendizado. Os professores, sem o seu poder de "reprovar", deixam de aplicar testes (que só são utilizados para dar a nota) e cobrar o conhecimento dos alunos. Na realidade deveria acontecer o contrário. Deveria haver mais avaliações a serem utilizadas para diagnosticar o que os alunos não aprenderam, e os professores deveriam re-ensinar os tópicos não aprendidos.

Há também uma tendência para se substituírem grupos de séries por ciclos de um número de anos equivalente e, dentro do ciclo, não há "reprovação", havendo avaliação e retenção ("reprovação") somente no final do ciclo. Seria importante planejar experimentos e avaliações para verificar se estes ciclos funcionam melhor do que o sistema seriado. Na década de 80, os ciclos básicos de alfabetização (que substituíram 2 séries), criados em alguns estados, não diminuíram o número médio de anos que um aluno ficava nestas duas "séries". Simplesmente mudaram a "repetência" da 1ª para a 2ª série. Novamente a avaliação feita no DF em 1999, onde coexistiam um sistema de ciclos e um sistema seriado, indicou um desempenho um pouco melhor dos alunos no sistema seriado na 5ª série e um desempenho praticamente igual para os alunos da 2ª série, enquanto os alunos no nível equivalente do ciclo já estavam em seu 3º ano de estudo.

Na década de 40, Teixeira de Freitas, diretor do Departamento de Estatística (SEEC) do então Ministério de Educação e Saúde e primeiro secretário geral do IBGE, percebeu que as estatísticas oficiais estavam erradas, percebeu também o problema das altas taxas de repetência, mesmo naquela ocasião, quando somente 65% de uma coorte de idade tinha acesso à escola, e já tinha diagnosticado e alertado para o problema da qualidade da educação. Não foi entendido e conseqüentemente suas conclusões e alertas foram ignorados. O Brasil perdeu uma oportunidade de se modernizar e progredir. Meio século depois, suas conclusões

foram redescobertas, o acesso à escola (1ª série) está universalizado, o problema da repetência reconhecido e os diagnósticos sobre a necessidade de melhorar a qualidade do ensino refeitos.

No mundo moderno globalizado, a educação de um povo é o que define o tipo de inserção no mundo. Mão-de-obra sem educação e barata não é mais fator de competitividade para o setor produtivo e só ajuda a manter o desequilíbrio social existente no país.

Mais do que nunca, a chave para o progresso, o desenvolvimento científico e tecnológico e a diminuição das desigualdades sociais está no desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos. Este é o grande desafio.

Recebido em: 02/10/02.
Aceito para publicação em: 26/11/02.

ABSTRACT

The aim of this paper is to call attention to the necessity of effective public policies for the improvement of educational quality, simultaneously to the ones for the improvement of student flow and student attendance. Another important point is monitoring the school system through periodic and comparable assessments along the years. Finally, the issue of teacher education and training is mentioned and some suggestions are given.

Keywords: *Student flow – Transition rates among grades – Assessment – SAEB.*

RESUMEN

El objetivo del artículo es llamar la atención para la necesidad de políticas públicas efectivas para la mejora de la calidad de la enseñanza, simultáneas a las de mejora de flujo escolar. Estas políticas todavía no son suficientes, a pesar del progreso en el área de flujo escolar y en la atención a la escuela. Otro punto importante abordado es el monitoramiento del sistema escolar a través de evaluaciones periódicas comparables a lo largo del tiempo. Finalmente, se destaca el problema de la formación y capacitación del profesor, con algunas sugestiones para cambios.

Palabras claves: *Flujo escolar – Tasas de transición entre cursos – Evaluación – SAEB.*

Correspondência:
e-mail: ruben@cesgranrio.org.br